

BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA

Termo de Referência 163/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
163/2025	160045-BASE ADMINISTRATIVA DA GUARNIÇÃO DE FORTALEZA	VILAMAR BARBOSA BARROS	06/05/2026 11:31 (v 0.45)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC		64242.012926/2025-44

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para atender à Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza e suas Organizações Militares Vinculadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição	Und Med	Quantidades das OM						Qtde Total	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
			B Adm	CMF	10ª RM	10º D SUP	HgeF	Pq Mnt /10			
1	Switch Gigabit 48 Portas RJ45 com 4 Slots SFP Gerenciável L2+	UND	55	3	2	13	23	13	109	R\$ 2.744,00	R\$ 299.096,00
2	Switch Gigabit 24 Portas SFP com 4 Slots SFP+ Gerenciável L2+	UND	45	5	2	2	4	0	58	R\$ 4.737,30	R\$ 274.763,40
3	Roteador Wi-Fi 6 Gigabit Dual Band	UND	20	10	0	1	0	0	31	R\$ 726,66	R\$ 22.526,46
4	Switch PoE+ Gigabit 48 Portas RJ45 com 4 Slots SFP Gerenciável L2+	UND	4	2	0	1	2	0	9	R\$ 4.985,00	R\$ 44.865,00
5	Conversor De Fibra Óptica Gigabit Monomodo	UND	19	10	6	2	3	2	42	R\$ 135,43	R\$ 5.688,06
6	Módulo SPF de 1.25G LC Duplex Monomodo Base-LX	UND	214	10	8	30	70	0	332	R\$ 86,25	R\$ 28.635,00
7	Adaptador de Rede Gigabit PCI Express	UND	25	10	5	1	15	5	61	R\$ 28,00	R\$ 1.708,00
8	Adaptador PCI Express Wireless 300Mbps	UND	25	10	0	3	15	0	53	R\$ 99,00	R\$ 5.247,00
9	Adaptador de Rede USB 3.0 Ethernet Gigabit	UND	25	8	12	5	15	0	65	R\$ 108,30	R\$ 7.039,50
10	Patch Cord CAT6 UTP 1,5m Azul	UND	150	30	25	10	20	40	275	R\$ 23,52	R\$ 6.468,00
11	Patch Cord CAT6 FTP Blindado 2,0m Azul	UND	90	20	0	20	40	0	170	R\$ 24,00	R\$ 4.080,00
12	Cabo De Fibra Óptica Duplex LC-LC 3,0m Monomodo	UND	30	20	10	10	0	0	70	R\$ 26,00	R\$ 1.820,00
	Cabo De Fibra Óptica Duplex SC-LC										

13	3,0m Monomodo	UND	10	0	5	25	0	0	40	R\$ 21,98	R\$ 879,20
14	Cabo De Fibra Óptica Duplex SC-SC 3,0m Monomodo	UND	10	0	5	1	0	0	16	R\$ 23,11	R\$ 369,76
15	Cabo de Rede U/UTP CAT6 Caixa com 305m para uso interno azul	Cx 305 M	23	3	4	1	9	3	43	R\$ 881,84	R\$ 37.919,12
16	Cabo de Rede F/UTP Blindado CAT6A Caixa com 305m para uso interno cinza	Caixa 1,00 UN	5	1	3	0	1	3	13	R\$ 5.410,00	R\$ 70.330,00
17	Conector RJ45 macho CAT6 - Pacote com 10 unidades	Pacote 16,00 UN	55	5	0	10	40	15	125	R\$ 37,00	R\$ 4.625,00
18	Conector RJ45 fêmea CAT6	UND	260	30	0	10	120	50	470	R\$ 6,58	R\$ 3.092,60
19	Conector RJ45 macho CAT6E Blindado - Pacote com 100 unidades	UND	5	10	8	10	10	0	43	R\$ 28,01	R\$ 1.204,43
20	Conector RJ45 fêmea CAT6 Blindado	UND	50	20	40	10	50	0	170	R\$ 40,30	R\$ 6.851,00
21	Rack Padrão 19 Polegadas 12U X 470 de Parede	UND	1	5	0	1	1	1	9	R\$ 892,50	R\$ 8.032,50
22	Patch Panel Cat6 24 Portas Modular	UND	1	5	1	1	1	1	10	R\$ 1.114,38	R\$ 11.143,80
23	Patch Panel PoE Gigabit 10 Portas SNMP	UND	6	2	0	1	8	0	17	R\$ 642,46	R\$ 10.921,82
24	Computador Desktop completo com Microsoft Windows	UND	50	50	20	10	0	40	170	R\$ 6.674,33	R\$ 1.134.636,10
25	Computador Desktop completo com Linux	UND	10	0	0	0	30	10	50	R\$ 6.636,36	R\$ 331.818,00
26	Notebook com Microsoft Windows	UND	34	26	10	2	0	5	77	R\$ 8.366,64	R\$ 644.231,28
27	Notebook com Linux	UND	6	0	0	0	10	2	18	R\$ 7.559,04	R\$ 136.062,72
28	Monitor 24 polegadas IPS	UND	103	30	30	5	20	30	218	R\$ 686,59	R\$ 149.676,62
29	Impressora Multifuncional com Tanque de Tinta	UND	14	2	6	1	0	0	23	R\$ 1.215,56	R\$ 27.957,88
30	Impressora Laser com WiFi	UND	10	0	0	1	0	0	11	R\$ 1.256,10	R\$ 13.817,10
31	Caixa de som USB 2.0 com P2	UND	56	20	0	2	0	0	78	R\$ 64,37	R\$ 5.020,86
32	Projetor Multimídia LED	UND	6	20	2	1	1	2	32	R\$ 4.086,63	R\$ 130.772,16
33	Digitalizador Scanner de Mesa com alimentação contínua	UND	7	2	6	0	0	0	15	R\$ 3.400,00	R\$ 51.000,00
34	Mouse USB com fio e roda de rolagem	UND	153	80	60	0	120	80	493	R\$ 43,33	R\$ 21.361,69
35	Teclado USB com fio e hub USB	UND	162	80	60	0	45	40	387	R\$ 79,00	R\$ 30.573,00
36	Webcam Full HD com microfone duplo	UND	33	3	10	5	3	2	56	R\$ 437,35	R\$ 24.491,60
37	Extensor VGA CAT5e CAT6 60m	UND	8	5	0	1	5	2	21	R\$ 49,66	R\$ 1.042,86
38	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 10 metros	UND	74	10	5	10	10	5	114	R\$ 48,50	R\$ 5.529,00
39	Cabo Conversor VGA fêmea para HDMI macho com áudio e vídeo	UND	33	10	20	5	35	5	108	R\$ 21,80	R\$ 2.354,40
40	Adaptador DVI 18+1 macho para HDMI fêmea	UND	24	8	20	5	30	0	87	R\$ 16,24	R\$ 1.412,88
41	Tela de Projeção Elétrica 100 polegadas	UND	6	5	4	1	0	0	16	R\$ 821,21	R\$ 13.139,36
42	Suporte de mesa articulado para dois monitores com pistão a gás	UND	86	8	30	2	5	4	135	R\$ 285,67	R\$ 38.565,45
43	Mouse Pad de neoprene com apoio de punho	UND	220	40	60	0	50	30	400	R\$ 21,56	R\$ 8.624,00
44	Chaveador KVM 4 portas USB VGA com cabos	UND	1	2	0	1	3	0	7	R\$ 698,00	R\$ 4.886,00

45	Rotulador eletrônico portátil	UND	4	4	0	5	3	2	18	R\$ 328,60	R\$ 5.914,80
46	Disco Rígido 1TB SATA III 7.200 RPM	UND	14	10	20	5	10	5	64	R\$ 261,00	R\$ 16.704,00
47	SSD 480GB SATA III	UND	102	50	100	20	120	80	472	R\$ 245,74	R\$ 115.989,28
48	SSD 500GB NVMe M.2	UND	66	15	40	5	30	0	156	R\$ 301,06	R\$ 46.965,36
49	Estação HUB USB 3.0 Clonagem de SATA/IDE HDD - Três Compartimentos	UND	6	2	4	5	0	3	20	R\$ 281,20	R\$ 5.624,00
50	Cabo Adaptador USB 3.0 para SATA II	UND	9	0	4	5	5	0	23	R\$ 49,00	R\$ 1.127,00
51	Disco Rígido Externo Portátil 4TB USB 3.0	UND	19	5	6	1	5	0	36	R\$ 888,00	R\$ 31.968,00
52	Memória RAM para Desktop DDR5 16GB 5600MHz	UND	38	0	20	5	10	10	83	R\$ 375,00	R\$ 31.125,00
53	Memória RAM para Notebook DDR5 16GB 4800MHz	UND	20	0	20	5	0	5	50	R\$ 440,00	R\$ 22.000,00
54	Abraçadeira em Nylon 300mm X 4,7 mm preta - Pct c/ 100 Unidades	Pacote 100,00 UN	37	30	0	10	20	10	107	R\$ 37,00	R\$ 3.959,00
55	Abraçadeira com velcro dupla face preto – Rolo de 3m	Rolo 3,00 M	58	20	0	10	20	25	133	R\$ 34,33	R\$ 4.565,89
56	Pasta térmica com prata	UND	80	10	0	10	30	25	155	R\$ 15,00	R\$ 2.325,00
57	Fita para rotuladora Brother PTH110TB	UND	9	10	2	20	9	0	50	R\$ 100,71	R\$ 5.035,50
58	Álcool Isopropílico 1L	Litro	23	10	0	30	20	10	93	R\$ 39,91	R\$ 3.711,63
59	Limpa Contato Aerossol 300ml	Frasco 300,00 ML	72	20	20	30	50	30	222	R\$ 13,10	R\$ 2.908,20
60	Conjunto Porca, Gaiola, Arruela e Parafuso Phillips M5 - 100 unidades	UND	7	2	0	5	0	2	16	R\$ 154,38	R\$ 2.470,08
61	Bateria CR2032	UND	151	50	20	100	100	20	441	R\$ 5,24	R\$ 2.310,84
62	Kit Placa-Mãe, Processador, Cooler e Memória RAM	UND	41	20	15	0	0	25	101	R\$ 6.289,99	R\$ 635.288,99
63	Gabinete ATX sem Fonte	UND	36	20	0	5	45	20	126	R\$ 132,75	R\$ 16.726,50
64	Processador 16 a 20 núcleos 4.90 a 5.6 GHz cache 30 a 33 MB	UND	10	15	0	1	0	0	26	R\$ 2.754,33	R\$ 71.612,58
65	Cooler para Socket LGA1700	UND	10	15	0	1	7	0	33	R\$ 90,63	R\$ 2.990,79
66	Placa de Vídeo 4GB GDDR6 128 Bits 12Gbps 896 Cuda Cores	UND	30	15	8	2	11	3	69	R\$ 1.039,00	R\$ 71.691,00
67	Estabilizador de Tensão 500VA Bivolt Automático	UND	71	15	20	4	25	30	165	R\$ 150,90	R\$ 24.898,50
68	Nobreak Online 1.200VA Bivolt Automático	UND	59	5	30	13	46	3	156	R\$ 769,00	R\$ 119.964,00
69	Bateria Estacionária 12V para Nobreak 45AH	UND	1	4	0	5	0	0	10	R\$ 470,00	R\$ 4.700,00
70	Bateria Selada VRLA 12V 7AH	UND	22	0	0	5	20	0	47	R\$ 90,33	R\$ 4.245,51
71	Filtro de Linha e Régua Extensora 12 Tomadas 10A	UND	58	20	25	10	20	30	163	R\$ 86,67	R\$ 14.127,21
72	Protetor Contra Surtos DPS 2P 20A	UND	20	20	0	5	20	0	65	R\$ 40,00	R\$ 2.600,00
73	Fonte ATX 550W Real Bivolt	UND	110	40	50	5	40	40	285	R\$ 149,00	R\$ 42.465,00
74	Fonte Carregador Para Notebook Universal Bivolt 9 Plugs	UND	50	5	20	5	7	10	97	R\$ 61,99	R\$ 6.013,03
75	Fonte Chaveada 12V 30V 360W Bivolt	UND	10	0	4	1	0	0	15	R\$ 118,20	R\$ 1.773,00
	Módulo Isolador Estabilizado 500VA										

76	Bivolt Automático	UND	10	10	6	1	0	0	27	R\$ 796,64	R\$ 21.509,28
77	Câmera IP PoE Bullet 3MP Fixa 4mm Colorida	UND	13	15	18	20	20	0	86	R\$ 446,00	R\$ 38.356,00
78	Gravador De Vídeo em Rede de 16 Canais - NVR	UND	4	2	2	10	2	2	22	R\$ 1.045,00	R\$ 22.990,00
79	Disco Rígido 2TB Sata III 6GB/s 7200RPM 256MB Cache para CFTV	UND	14	10	6	10	4	10	54	R\$ 404,70	R\$ 21.853,80
80	Cabo de Rede CFTV CAT5E F/UTP Blindado Bobina 500 Metros	UND	7	5	4	0	3	3	22	R\$ 1.050,00	R\$ 23.100,00
81	Testador de Cabo de Rede RJ45 e RJ11	UND	8	4	0	6	3	0	21	R\$ 45,66	R\$ 958,86
82	Caneta Laser Visual De Falhas Em Fibra Óptica VFL 10mW 10Km	UND	14	1	4	5	1	0	25	R\$ 62,00	R\$ 1.550,00
83	Alicate de Crimpar RJ45/RJ12/RJ11 CAT5 CAT6 CAT7 Ez Crimp	UND	11	5	6	2	4	2	30	R\$ 74,05	R\$ 2.221,50
84	Alicate de Crimpar RJ45/RJ12/RJ11 CAT5 CAT6 Blindado AMP	UND	6	5	3	2	2	2	20	R\$ 228,87	R\$ 4.577,40
85	Ferramenta de Inserção Fêmea Punch Down RJ45	UND	8	3	6	5	2	2	26	R\$ 59,63	R\$ 1.550,38
86	Alicate Cortador e Decapador para cabo UTP FTP	UND	10	5	6	5	4	2	32	R\$ 26,72	R\$ 855,04
87	Telefone IP VOIP com Display Gráfico	UND	1	0	0	2	0	0	3	R\$ 259,99	R\$ 779,97
88	Nobreak OnLine Onda Senoidal Pura Trifásico com baterias internas - 20 KVA	UND	2	0	2	0	0	0	4	R\$ 40.768,16	R\$ 163.072,64
89	Monitor Profissional LED 55 Polegadas para VideoWall	UND	4	0	0	0	0	0	4	R\$ 9.380,00	R\$ 37.520,00
90	Apresentador Passador de Slides Recarregável 2.4 GHz	UND	40	0	6	2	5	10	63	R\$ 143,00	R\$ 9.009,00
91	Computador Workstation com Microsoft Windows	UND	4	0	2	1	1	0	8	R\$ 9.194,32	R\$ 73.554,56
92	Bateria estacionária selada VRLA de 12V e 18Ah	UND	6	0	0	1	32	0	39	R\$ 319,00	R\$ 12.441,00
93*	Switch 48 Portas SFP+ 10Gbps (48 portas para módulos transceptores externos)	UND	4	0	0	0	2	0	6	R\$ 84.536,00	R\$ 507.216,00
94	Switch 48 Portas RJ45 10/100/1000 +4 Portas 10 GIGABIT SFP+	UND	31	0	0	0	23	8	62	R\$ 4.412,99	R\$ 273.605,38
95	Módulo Transceptor SFP+ LC Duplo Monomodo 1310nm	UND	125	0	0	1	62	0	188	R\$ 399,00	R\$ 75.012,00
96	Módulo SFP RJ45 Gigabit	UND	9	0	0	1	4	0	14	R\$ 176,67	R\$ 2.473,38
97	Módulo SFP+ RJ45 10 Gigabit	UND	25	0	0	1	12	0	38	R\$ 429,30	R\$ 16.313,40
98	(Cota reservada do item 1) Switch Gigabit 48 Portas RJ45 com 4 Slots SFP Gerenciável L2+	UND	10	0	0	0	0	0	10	R\$ 2.744,00	R\$ 27.440,00
99	(Cota reservada do item 2) Switch Gigabit 24 Portas SFP com 4 Slots SFP+ Gerenciável L2+	UND	10	0	0	0	0	0	10	R\$ 4.737,30	R\$ 47.373,00
100	(Cota reservada do item 24) Computador Desktop completo com Microsoft Windows	UND	10	0	0	0	0	0	10	R\$ 6.674,33	R\$ 66.743,30
101	(Cota reservada do item 25) Computador Desktop completo com Linux	UND	10	0	0	0	0	0	10	R\$ 6.636,36	R\$ 66.363,60
102	(Cota reservada do item 26) Notebook com Microsoft Windows	UND	9	0	0	0	0	0	9	R\$ 8.366,64	R\$ 75.299,76
103	(Cota reservada do item 27) Notebook com Linux	UND	2	0	0	0	0	0	2	R\$ 7.559,04	R\$ 15.118,08
	(Cota reservada do item 28) Monitor										

104	24 polegadas IPS	UND	33	0	0	0	0	0	33	R\$ 686,59	R\$ 22.657,47
105	(Cota reservada do item 32) Projetor Multimídia LED	UND	2	0	0	0	0	0	2	R\$ 4.086,63	R\$ 8.173,26
106	(Cota reservada do item 47) SSD 480GB SATA III	UND	33	0	0	0	0	0	33	R\$ 245,74	R\$ 8.109,42
107	(Cota reservada do item 62) Kit Placa-Mãe, Processador, Cooler e Memória RAM	UND	12	0	0	0	0	0	12	R\$ 6.289,99	R\$ 75.479,88
108 **	(Cota reservada do item 64) Processador 16 a 20 núcleos 4.90 a 5.6 GHz cache 30 a 33 MB	UND	1	0	0	0	0	0	1	R\$ 0,01	R\$ 0,01
109	(Cota reservada do item 68) Nobreak Online 1.200VA Bivolt Automático	UND	19	0	0	0	0	0	19	R\$ 769,00	R\$ 14.611,00
110	(Cota reservada do item 88) Nobreak OnLine Onda Senoidal Pura Trifásico com baterias internas - 20 KVA	UND	1	0	0	0	0	0	1	R\$ 40.768,16	R\$ 40.768,16
111	(Cota reservada do item 94) Switch 48 Portas RJ45 10/100/1000 +4 Portas 10 GIGABIT SFP+	UND	10	0	0	0	0	0	10	R\$ 4.412,99	R\$ 44.129,90
VALOR TOTAL ESTIMADO DOS ITENS										R\$ 6.780.864,73	

* O item 93, embora tenha valor total maior que R\$ 80.000,00, seu valor unitário também passa do limite do benefício de exclusividade, com isso concluiu-se que não seja compatível lançar uma cota reservada para esse item, pois uma única unidade dele ja ultrapassaria o limite legal de R\$ 80.000,00 que dar o benefício da ME/EPP.

** O item 108, foi cancelado pois deixou de ser cota reservada depois da atualização do preço estimado, foi mantido no sistema pois já estava lançado na IRP, não sendo possível sua exclusão.

1.2. Estimativas da quantidade mínima por lote.

Itens	Descrição	Unidade	Requisição Mín
1 e 98	Switch Gigabit 48 Portas RJ45 com 4 Slots SFP Gerenciável L2+	Unidade	1
2 e 99	Switch Gigabit 24 Portas SFP com 4 Slots SFP+ Gerenciável L2+	Unidade	1
3	Roteador Wi-Fi 6 Gigabit Dual Band	Unidade	1
4	Switch PoE+ Gigabit 48 Portas RJ45 com 4 Slots SFP Gerenciável L2+	Unidade	1
5	Conversor De Fibra Óptica Gigabit Monomodo	Unidade	4

6	Módulo SPF de 1.25G LC Duplex Monomodo Base-LX	Unidade	6
7	Adaptador de Rede Gigabit PCI Express	Unidade	15
8	Adaptador PCI Express Wireless 300Mbps	Unidade	6
9	Adaptador de Rede USB 3.0 Ethernet Gigabit	Unidade	5
10	Patch Cord CAT6 UTP 1,5m Azul	Unidade	25
11	Patch Cord CAT6 FTP Blindado 2,0m Azul	Unidade	25
12	Cabo De Fibra Óptica Duplex LC-LC 3,0m Monomodo	Unidade	25
13	Cabo De Fibra Óptica Duplex SC-LC 3,0m Monomodo	Unidade	10
14	Cabo De Fibra Óptica Duplex SC-SC 3,0m Monomodo	Unidade	10
15	Cabo de Rede U/UTP CAT6 Caixa com 305m para uso interno azul	Cx 305 M	1
16	Cabo de Rede F/UTP Blindado CAT6A Caixa com 305m para uso interno cinza	Caixa 1,00 UN	1
17	Conector RJ45 macho CAT6 - Pacote com 10 unidades	Pacote 16,00 UN	15
18	Conector RJ45 fêmea CAT6	Unidade	15
19	Conector RJ45 macho CAT6E Blindado - Pacote com 100 unidades	Unidade	5

20	Conector RJ45 fêmea CAT6 Blindado	Unidade	15
21	Rack Padrão 19 Polegadas 12U X 470 de Parede	Unidade	1
22	Patch Panel Cat6 24 Portas Modular	Unidade	1
23	Patch Panel PoE Gigabit 10 Portas SNMP	Unidade	1
24 e 100	Computador Desktop completo com Microsoft Windows	Unidade	1
25 e 101	Computador Desktop completo com Linux	Unidade	1
26 e 102	Notebook com Microsoft Windows	Unidade	1
27 e 103	Notebook com Linux	Unidade	1
28 e 104	Monitor 24 polegadas IPS	Unidade	1
29	Impressora Multifuncional com Tanque de Tinta	Unidade	1
30	Impressora Laser com WiFi	Unidade	1
31	Caixa de som USB 2.0 com P2	Unidade	10
32 e 105	Projetor Multimídia LED	Unidade	1
33	Digitalizador Scanner de Mesa com alimentação contínua	Unidade	1
34	Mouse USB com fio e roda de rolagem	Unidade	12
35	Teclado USB com fio	Unidade	10
36	Webcam Full HD com microfone duplo	Unidade	2
37	Extensor VGA CAT5e CAT6 60m	Unidade	8
38	Cabo HDMI 2.0 19 pinos 10 metros	Unidade	10

39	Cabo Conversor VGA fêmea para HDMI macho com áudio e vídeo	Unidade	20
40	Adaptador DVI 18+1 macho para HDMI fêmea	Unidade	20
41	Tela de Projeção Elétrica 100 polegadas	Unidade	1
42	Suporte de mesa articulado para dois monitores com pistão a gás	Unidade	2
43	Mouse Pad de neoprene com apoio de punho	Unidade	20
44	Chaveador KVM 4 portas USB VGA com cabos	Unidade	1
45	Rotulador eletrônico portátil	Unidade	2
46	Disco Rígido 1TB SATA III 7.200 RPM	Unidade	2
47 e 106	SSD 480GB SATA III	Unidade	2
48	SSD 500GB NVMe M.2	Unidade	2
49	Estação HUB USB 3.0 Clonagem de SATA/IDE HDD - Três Compartimentos	Unidade	2
50	Cabo Adaptador USB 3.0 para SATA II	Unidade	9
51	Disco Rígido Externo Portátil 4TB USB 3.0	Unidade	1
52	Memória RAM para Desktop DDR5 16GB 5600MHz	Unidade	2
53	Memória RAM para Notebook DDR5 16GB 4800MHz	Unidade	2
54	Abraçadeira em Nylon 300mm X 4,7mm preta - Pct c/ 100 Unidades	Pacote 100,00	15

		UN	
55	Abraçadeira com velcro dupla face preto – Rolo de 3m	Rolo 3,00 M	15
56	Pasta térmica com prata	Unidade	30
57	Fita para rotuladora Brother PTH110TB	Unidade	5
58	Álcool Isopropílico 1L	Litro	15
59	Limpa Contato Aerossol 300ml	Frasco 300,00 ML	30
60	Conjunto Porca, Gaiola, Arruela e Parafuso Phillips M5 - 100 unidades	Centena	3
61	Bateria CR2032	Unidade	30
62 e 107	Kit Placa-Mãe, Processador, Cooler e Memória RAM	Unidade	1
63	Gabinete ATX sem Fonte	Unidade	10
64	Processador 16 a 20 núcleos 4.90 a 5.6 GHz cache 30 a 33 MB	Unidade	1
65	Cooler para Socket LGA1700	Unidade	5
66	Placa de Vídeo 4GB GDDR6 128 Bits 12Gbps 896 Cuda Cores	Unidade	1
67	Estabilizador de Tensão 500VA Bivolt Automático	Unidade	4
68 e 109	Nobreak Online 1.200VA Bivolt Automático	Unidade	1
69	Bateria Estacionária 12V para Nobreak 45AH	Unidade	1

70	Bateria Selada VRLA 12V 7AH	Unidade	5
71	Filtro de Linha e Régua Extensora 12 Tomadas 10A	Unidade	5
72	Protetor Contra Surtos DPS 2P 20A	Unidade	15
73	Fonte ATX 550W Real Bivolt	Unidade	5
74	Fonte Carregador Para Notebook Universal Bivolt 9 Plugs	Unidade	7
75	Fonte Chaveada 12V 30V 360W Bivolt	Unidade	5
76	Módulo Isolador Estabilizado 500VA Bivolt Automático	Unidade	1
77	Câmera IP PoE Bullet 3MP Fixa 4mm Colorida	Unidade	2
78	Gravador De Vídeo em Rede de 16 Canais - NVR	Conjunto	1
79	Disco Rígido 2TB SATA III 6GB/s 7200RPM 256MB Cache para CFTV	Unidade	2
80	Cabo de Rede CFTV CAT5E F/UTP Blindado Bobina 500 Metros	Unidade	1
81	Testador de Cabo de Rede RJ45 e RJ11	Unidade	8
82	Caneta Laser Visual De Falhas Em Fibra Óptica VFL 10mW 10Km	Unidade	7
83	Alicate de Crimpar RJ45/RJ12/RJ11 CAT5 CAT6 CAT7 Ez Crimp	Unidade	7

84	Alicate de Crimpar RJ45/RJ12/RJ11 CAT5 CAT6 Blindado AMP	Unidade	2
85	Ferramenta de Inserção Fêmea Punch Down RJ45	Unidade	8
86	Alicate Cortador e Decapador para cabo UTP FTP	Unidade	10
87	Telefone IP VOIP com Display Gráfico	Unidade	1
88 e 110	Nobreak OnLine Onda Senoidal Pura Trifásico com baterias internas - 20 KVA	Unidade	1
89	Monitor Profissional LED 55 Polegadas para VideoWall	Unidade	1
90	Apresentador Passador de Slides Recarregável 2.4 GHz	Unidade	5
91	Computador Workstation com Microsoft Windows	Unidade	1
92	Bateria estacionária selada VRLA de 12V e 18Ah	Unidade	2
93	Switch 48 Portas SFP+ 10Gbps (48 portas para módulos transceptores externos)	Unidade	1
94 e 111	Switch 48 Portas RJ45 10/100/1000 +4 Portas 10 GIGABIT SFP+	Unidade	1
95	Módulo Transceptor SFP+ LC Duplo Monomodo 1310nm	Unidade	2
96	Módulo SFP RJ45 Gigabit	Unidade	5

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.3. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto como bem de luxo

1.4 O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.5 O fornecimento de bens é enquadrado como não-continuado tendo em vista que as demandas possuem natureza eventuais ou temporárias não caracterizando uma necessidade permanente que exija contrato continuado.

Prazo de vigência

1.6 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato ou instrumento equivalente, na forma dos artigos 95 e 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.7 O prazo mencionado no item anterior poderá ser prorrogado por igual período desde que comprovado o preço vantajoso, conforme previsto no artigo 84 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.8. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação tem por base o fato de que a estrutura de TIC de uma OM é fundamental para a execução dos serviços nos setores público e privado, melhorando e tornando mais ágeis os processos administrativos, reduzindo custos operacionais. A Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza, suas Organizações Militares Vinculadas e Organizações Militares Participantes da contratação, necessitam de atualizações tecnológicas em sua infraestrutura para evitar possíveis falhas ou descontinuidade em seus sistemas de informações, de telefonia e comunicação de dados, além de permitir a preparação para as novas tecnologias de comunicação.

2.2. Com o crescimento das plataformas de transmissão de dados, o crescimento do quadro de militares e aumento da demanda de pontos de rede, passou-se a exigir um constante aumento, tanto na abrangência, quanto na capacidade da rede atual e de aquisição de materiais/equipamentos de informática.

2.3. Neste sentido, a contratação visa a oferecer à Base Administrativa, suas Organizações Militares Vinculadas e Organizações Militares Participantes da contratação, condições de atender as suas respectivas demandas de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), permitindo assim realizar suas atividades de TIC sem sobressalto.

2.4. A aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC) visa de atender as necessidades das Organizações Militares e será realizar por meio de pregão eletrônico executado pelo Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos (GCALC/10ª RM) de bens de uso comum no âmbito da Guarnição Militar de Fortaleza.

2.5. Tal solução foi julgada como a mais adequada, já que a realização das licitações centralizadas de bens e serviços comuns, no âmbito da Guarnição de Fortaleza, visa a propiciar a economicidade, eficiência, eficácia e efetividade das aquisições das UG integrantes da 10ª RM, não permitindo atrasos nos processos que podem resultar solução de continuidade

2.6 A fundamentação da solução e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste termo de referência com o detalhamento a seguir.

2.7.1. **ID PCA PNCP:** 00394452000103-0-000182/2026;

2.7.2. **Data da publicação no PNCP:** 12/05/2025;

2.7.3. **Id do item no PCA:** (4828 a 4852), (4857 a 4867), (4876 a 4929), (4933 a 4939), (4945 a 4948), (4951 a 4985), (4987 a 4988), (4991 a 4993), 4996, (5000 a 5014), (5016 a 5035), (5037 a 5068), (5070 a 5082), (5084 a 5089), (5091 a 5098), (5103 a 5132), 5134 e (5136 a 5142);

2.7.4. **Classe/Grupo:** 5325, 5895, 5935, 5915, 5999, 6015, 6030, 6110, 6130, 6135, 6140, 6145, 6625, 7010, 7020, 7030, 7040, 7050, 7060, 7070, 7080 e 7090;

2.7.5. **Identificador da Futura Contratação:** 160045-33/2026;

2.8. O objeto da contratação está alinhado com o Planejamento Estratégico do Exército (PEEx), aprovado pela Portaria C Ex nº 2.148, de 20 de dezembro de 2023, o qual regula as estratégias para o período de 2024 a 2027.

2.9. Este processo vem ao encontro dos Objetivos Estratégicos em vigor, alinhando-se assim os Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação (OETI) 01 (Aprimorar as soluções e serviços de TI em atendimento às necessidades do EB), da Concepção Estratégica de Tecnologia da Informação (CETI), definida na Portaria nº 1.212-Cmt Ex, de 2 de agosto de 2018, publicada no BE nº 33/2018, de 17 de agosto de 2018.

2.10. Visando à definição dos seus Objetivos Estratégicos de Telemática (OET), o CITEx, por intermédio do seu Plano de Gestão do Sistema de Telemática do Exército (SisTEx) 2022-2025, procurou o alinhamento desses objetivos aos OET, que, por sua vez, alinham-se aos Objetivos Estratégicos do Exército OEE:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
2	Objetivo Estratégico do 52º CT (OE52CT) nº 2 - Ampliar a capacidade de Comunicações, Comando e Controle no âmbito da 10ª Região Militar – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do 52º CT (2024 – 2025).
4	Objetivo Estratégico do 52º CT (OE52CT) nº 4 - Aperfeiçoar a Governança de Tecnologia da Informação do 52º CT e das OM da 10ª RM - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do 52º CT (2024 – 2025).
8	Objetivo Estratégico do 52º CT (OE52CT) nº 8 – Maximizar a eficiência administrativa em proveito da TI no 52º CT - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do 52º CT (2024–2025).
9	Objetivo Estratégico do 52º CT (OE52CT) nº 9 - Aperfeiçoar a infraestrutura e ativos de TI no 52º CT - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações do 52º CT (2024 – 2025).

ALINHAMENTO AO PDTIC 2025/2026

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A1	Aperfeiçoar a gestão de TIC das OM apoiadas.	M1	Proporcionar as bases física e lógica para o funcionamento dos sistemas de interesse do Sistema Estratégico de Comando e Controle do Exército (SEC2Ex), sua integração ao Sistema de Comando e Controle da Força Terrestre (SC2FTer) e ao Sistema Militar de Comando e Controle (SisMC2), bem como explorar, manter e realizar o gerenciamento técnico do Sistema Estratégico de Comunicações do Exército (SECEX), proporcionando o adequado nível de segurança da informação, no âmbito da 10ª Região Militar (10ª RM).

2.11. Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

Estimativa da demanda:

3.2. O cálculo da demanda foi realizado de acordo com os seguintes critérios:

3.2.1. Experiência de aquisições anteriores, estimativa da necessidade de substituição dos bens atualmente disponíveis, previsão de acréscimo de atividades e previsão de expansão dos sistemas projetados para atender as necessidades e particularidades existentes;

3.2.2. Necessidades oriundas de projetos elaborados pelas Organizações Militares da Guarnição de Fortaleza.

Parcelamento da Solução de TIC.

3.3. Não se aplica o parcelamento da Solução de TIC na presente contratação, uma vez que se trata de aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Resultados e benefícios a serem alcançados.

3.4. **Resultados:** A aquisição de material de TIC para a Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza, suas Organizações Militares Vinculadas e demais Organizações Militares da Guarnição de Fortaleza visa modernizar a infraestrutura, resultando em maior eficiência operacional, segurança da informação e agilidade administrativa nas organizações militares. As aquisições, apoiadas pela Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza, garantirão a continuidade dos processos do cotidiano com o suporte de ferramentas tecnológicas adequadas.

3.5. **Benefícios:** os benefícios incluem padronização de equipamentos, redução de custos com manutenção e melhor suporte a sistemas corporativos conforme descrito abaixo:

- **Modernização Tecnológica:** substituição de equipamentos obsoletos por tecnologia de ponta, aumentando a velocidade de processamento e a capacidade de resposta das OM.
- **Aumento da Segurança:** implementação de soluções de TIC mais seguras, protegendo dados sensíveis da administração militar.
- **Eficiência Administrativa:** aumento da agilidade nos processos internos e melhoria na comunicação entre as unidades da Guarnição.
- **Padronização e Economia:** padronização de itens (softwares e hardwares), facilitando a manutenção e reduzindo custos operacionais a longo prazo.
- **Conformidade Legal:** realizar aquisições em conformidade com as normas licitatórias vigentes (como a Lei 14.133/21), garantindo transparência e lisura nos processos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. A estrutura de TIC de uma OM é fundamental para a melhoria de processos administrativos e redução de custos operacionais. As Organizações Militares da Guarnição de Fortaleza necessitam de atualizações tecnológicas em sua infraestrutura para evitar possíveis incidentes em seus sistemas informações, de telefonia e comunicação de dados, além de permitir a preparação para as novas tecnologias de comunicação.

4.1.2. Com o crescimento das plataformas de transmissão de dados, crescimento do quadro de militares e aumento da demanda de pontos de rede, passou-se a exigir um constante aumento, tanto na abrangência, quanto na capacidade da rede atual e de aquisição de materiais/equipamentos de informática.

Requisitos de Capacitação

4.3. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

Requisitos Legais

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis, seguem abaixo as principais normas com as quais a aquisição deve estar em conformidade:

4.4.1. IRASEG (IR 13-09) - Instruções Reguladoras sobre Auditoria de Segurança de Sistemas de Informação do Exército Brasileiro;

4.4.2. IRRISC (IR 13-10) - Instruções Reguladoras sobre Análise de Riscos para Ambientes de Tecnologia da Informação do Exército Brasileiro;

4.4.3. IRESER (IR 13-15) - Instruções Reguladoras sobre Segurança da Informação nas Redes de Comunicação e de computadores do Exército Brasileiro; e

4.4.4. NORTI - Normas de Utilização de Tecnologia da Informação no Exército Brasileiro.

Requisitos de Manutenção

4.5. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução.

Requisitos Temporais

4.6. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB)/Nota de Empenho, em horário comercial podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante, em remessa única, emitida pela Contratante para os seguintes endereços:

- **Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza;** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **10º Centro de Gestão, Contabilidade e Financeiro do Exército,** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **52º Centro de Telemática** - Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134; e
- **16º Companhia de Polícia do Exército** - Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134; e
- **23º Batalhão de Caçadores** - Avenida 13 de Maio, nº 1.589, Fátima, Fortaleza - CE CEP 60.040-531.

4.6.1.. Todas as entregas deverão ocorrer:

- **De segunda a quinta-feira:** no horário das 9:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas; e
- **Nas sextas-feiras:** no horário das 8 horas às 11:30 horas.

4.7. Havendo Unidades Gestoras Participantes (UGP) deste pregão, a entrega deverá ocorrer no endereço da UGP, no prazo de entrega de 30 (trinta) dias, contados do dia útil seguinte ao de entrega da Nota de Empenho e/ou instrumento equivalente, em remessa única, nos seguintes endereços:

- **10ª Região Militar** - Av. Alberto Nepomuceno, s/n - Centro, Fortaleza - CE, 60055-000;
- **10º Depósito de Suprimento** - R. Marechal Bittencourt, 100 - Dias Macêdo, Fortaleza - CE, 60860-275;
- **Hospital Geral de Fortaleza** - Av. Des. Moreira, 1500 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60170-002;
- **Colégio Militar de Fortaleza** - Av. Santos Dumont, 485 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60150-160; e
- **Parque Regional de Manutenção/ 10;** Av. Eduardo Girão, 1533 - Fátima, Fortaleza - CE, 60415-075.

4.7.1.. Todas as entregas deverão ocorrer:

- **De segunda a quinta-feira:** no horário das 9:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas; e
- **Nas sextas-feiras:** no horário das 8 horas às 11:30 horas.

4.8. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 7 (sete) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da aquisição, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.9. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, as suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.10. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 7 (sete) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.13. O prazo de entrega poderá ser prorrogado a critério da Administração, desde que justificado pela CONTRATADA.

4.14. Em caso de rejeição do Recebimento Provisório e/ou Recebimento Definitivo, a Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato (EGFC) deverá comunicar formalmente a CONTRATADA sobre a rejeição dos equipamentos e materiais inconformes (atividade "Rejeitar objeto").

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.15. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e Sempre que se aplicar, a CONTRATADA e seus profissionais envolvidos no fornecimento dos materiais /equipamentos, deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança;

4.16. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiros e que tomar conhecimento em razão da entrega dos bens contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

4.17. Não veicular publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da CONTRATANTE;

4.18. Garantir sigilo e inviolabilidade das conversações realizadas por meio da entrega do objeto desta contratação, respeitando as hipóteses e condições constitucionais e legais de quebra de sigilo de telecomunicações;

4.19. A quebra da confidencialidade ou sigilo de informações obtidas ensejará a responsabilidade criminal, na forma da lei, sem prejuízo de outras providências nas demais esferas; e

4.20. Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.21. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais e nos termos do Art. 5º da IN 01 SLTI/MP, de 2010, os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental devem ser observados:

4.21.1. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR — 15448-1 e 15448-2;

4.21.2. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.21.3. Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.21.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.22. Todos os materiais/equipamentos descritos no Item 12.3 (Das especificações técnicas da solução de TI) do Estudo Técnico Preliminar (ETP), devem possuir certificado de conformidade contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos, comprovado através de certificado emitido por entidade competente, os quais serão solicitados em sede de diligências quando da aceitação da proposta; e

4.23. Todos os materiais/equipamentos no contidos no Item 12.3 (Das especificações técnicas da solução de TI) do Estudo Técnico Preliminar (ETP) anexo, devem possuir Compatibilidade eletromagnética (EMC) e estar em conformidade com Normas Gerais Imunidade para ambientes residenciais, comerciais e industriais leves **IEC/EN 61000-6-1**.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.24 Não se aplicam os requisitos de arquitetura tecnológica na presente contratação, uma vez que se trata de aquisição de materiais/ equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.25. Não se aplicam os requisitos de projeto e de implementação na presente contratação, uma vez que se trata de aquisição de materiais/equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Requisitos de Implantação

4.26. Não se aplicam os requisitos de implantação na presente contratação, uma vez que se trata de aquisição de materiais /equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.27. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

4.28. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de no mínimo, 12 (doze) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.29. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.30. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.31. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.32. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.33. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.34. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.35. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.36. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.37. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.38. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.39. Os serviços de assistência técnica, suporte, garantia, deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

Requisitos de Formação da Equipe

4.40. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.41. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB)/ Nota de Empenho (NE) emitida pela Contratante.

4.42. A OFB/NE indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.43. O contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 8 horas por dia e 6 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 6 dias por semana por via telefônica.

4.44. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.45. Não se aplicam os requisitos segurança da informação e privacidade, uma vez que se trata de aquisição de materiais /equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Sustentabilidade

4.46. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.46.1. Só será admitida a oferta de equipamentos que cumpram os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética, previstos na Portaria nº 304, de 6 de novembro de 2023, do INMETRO;

4.46.2. Para os itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada na categoria Indústria de Material Elétrico, Eletrônico e Comunicações, código 5-2, descrição Fabricação de material elétrico, eletrônico e equipamentos para telecomunicação e informática, presente no Anexo I da Instrução Normativa 13, de 23 de agosto de 2021 do IBAMA, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981;

4.46.3. Os equipamentos deverão apresentar baixo nível de ruído, conforme a NBR 10152 ou ISO7799:1999, níveis de ruído para conforto acústico.

4.46.4. Só será admitida a oferta de bens de informática e/ou automação que não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromohexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs);

4.46.5. Os bens devem ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.46.6. No que couber, a Contratada deverá ainda atender ao disposto na legislação vigente, evidenciando ações para:

4.46.6.1. Causar baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.46.6.2. Dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.46.6.3. Proporcionar maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.46.6.4. Proporcionar maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; e

4.46.6.5. Empregar inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

4.46.7. Os objetos devem estar acompanhados do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

4.47. Justifica-se as exigências quanto a sustentabilidade, quando aplicáveis, em função da necessidade de preservação dos diversos tipos de recursos, por intermédio de uma gestão responsável que promova a justiça social e o desenvolvimento aliados à proteção ambiental. Tais ações, além das dimensões econômica, social e ambiental, visam a reeducação, a conscientização quanto aos impactos do consumo desenfreado, o consumo racional e consciente dos recursos naturais e o processamento e descarte correto do lixo.

Indicação de marcas ou modelos:

4.48. Na presente contratação será admitida a indicação de marca, características ou modelo. Nas especificações dos itens 24 e 25 da Tabela contida no Nr 12 do Estudo técnico Preliminar 41/2025, que dá suporte a presente contratação, a indicação da fabricante Intel se justifica pela necessidade de adequação dos equipamentos à compatibilidade do parque computacional já existente nas Organizações Militares envolvidas na contratação que é predominantemente Intel, e assim, evitar que futuramente haja a impossibilidade de reaproveitar os processadores ou as placas-mãe (Motherboard) de equipamentos danificados. A indicação visa aumentar a economicidade na Administração Pública.

Da vedação de utilização de marca/ produto na execução da contratação

4.49 Não haverá restrição de marca ou produto.

Subcontratação

4.50. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Da exigência de carta de solidariedade

4.51. Não será exigida carta de solidariedade.

Da exigência de amostra

4.52. Não será exigida amostra dos bens contratados.

Garantia da contratação

4.53. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte

4.54. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até 25% (vinte e cinco) por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.55. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.56. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.57. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

Da Aplicação da Margem de Preferência

4.58. Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação vigente do Poder Executivo Federal, os itens constantes deste Termo de Referência enquadram-se na aplicação de margem de preferência, conforme discriminado na tabela específica anexa ao presente instrumento.

4.58.1. Para os itens 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35, 36, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 61, 62, 63, 64, 66, 67, 68, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 87, 88, 89, 91, 93, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109 e 110, será aplicada margem de preferência normal de 10%, bem como margem de preferência adicional de 10%, totalizando até 20%, conforme previsto na legislação aplicável.

4.58.2. Para os itens 3 e 65, será aplicada margem de preferência normal de 10%, não sendo prevista margem adicional.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2. encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3. receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4. aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5. liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6. comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7. definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8. prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.1.9. rejeitar, no todo ou em parte, o material/equipamento que a empresa contratada entregar fora das especificações do Termo de Referência e da proposta;

5.1.10. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, os termos de sua proposta e o disposto neste Termo de Referência;

5.1.11. notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso das aquisições, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

5.1.12. efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP 5/2017;

5.1.13. prestar todas as informações e esclarecimentos solicitados pela empresa CONTRATADA, necessários ao fornecimento do material/equipamento;

5.1.14. cumprir o que prevê o Art 4º do Dec 10.936 de 12 de janeiro de 2022 (Logística Reversa), que Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;

5.1.15. realizar, no momento da licitação e, sempre que possível, diligências e/ou prova com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas, exigindo, no caso de fornecimento de bens, a descrição em sua proposta da marca e modelo dos bens ofertados.

5.1.16. realizar a exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1. indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2. atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3. reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4. propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5. manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6. quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7. quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8. ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9. fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.2.10. executar o fornecimento dos materiais/equipamentos conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

5.2.11. reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os materiais/equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos fornecimentos;

5.2.12. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar dos pagamentos devidos CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

- 5.2.13. quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da aquisição, no prazo de oito dias corridos, contados do dia após o recebimento da solicitação, os documentos necessários para comprovar a regularidade;
- 5.2.14. prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, bem como aos documentos relativos ao fornecimento do objeto;
- 5.2.15. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.2.16. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação;
- 5.2.17. atender as solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos materiais/equipamentos defeituosos no prazo fixado pelo fiscal do contrato;
- 5.2.18. nos valores constantes da proposta da CONTRATADA estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo ao Edital;
- 5.2.19. relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da execução do fornecimento dos materiais/equipamentos;
- 5.2.20. fornecer todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.2.21. atender aos chamados do CONTRATANTE, em conformidade com o descrito neste Termo de Referência;
- 5.2.22. responsabilizar-se por todos os procedimentos necessários para viabilizar o fornecimento dos materiais /equipamentos, arcando com o ônus decorrente;
- 5.2.23. responder por todas as despesas de frete, embalagens, impostos, transporte, mão de obra e os demais encargos indispensáveis ao perfeito cumprimento das obrigações decorrentes do fornecimento;
- 5.2.24. responsabilizar-se pela execução do objeto deste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a direta ou indiretamente, causar ou provocar ao CONTRATANTE;
- 5.2.25. abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades objeto deste Termo de Referência, sem prévia autorização da CONTRATANTE;
- 5.2.26. cumprir os critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente, tais como:
- 5.2.26.1. os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
 - 5.2.26.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.2.26.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.2.26.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs);

5.2.26.5. respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

5.2.26.6. preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 401, de 4 de novembro de 2008.

5.2.26.7. cumprir o que prevê o Art 14 do Dec 10.936 de 12 de janeiro de 2022 (Logística Reversa), que Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

5.2.27. comprovar a origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

5.3. São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1. efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2. conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1. as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2. definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1. a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2. as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3. as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

5.3.5. Autorizar a formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, conforme previsto no art. 18 do Decreto nº 11.462/2023.

5.3.6. Demais mecanismos de regramento constam na Ata de Registro de Preços.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

6.4. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato /Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital;

6.5. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

6.6. O aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida a empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.6.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se a relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133 de 2021;

6.6.2. A contratada se vincula a sua proposta e as previsões contidas no edital e seus anexos;

6.7. O execução do objeto seguirá as especificações técnicas deste Termo de Referência /Estudo Técnico Preliminar:

6.7.1. As especificações técnicas contêm os requisitos mínimos e obrigatórios para o fornecimento do material /equipamento, e deverão ser atendidas integralmente pelas licitantes, de forma a cumprir todos os itens deste documento;

6.7.2. O não atendimento a qualquer dos itens para um dado material, poderá ensejar a desclassificação da proposta da licitante; e

6.7.3. A CONTRATADA deverá fornecer o material de acordo com as especificações técnicas e conforme orientação do Gestor / Fiscal de Contrato.

6.8. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal do Contrato deverão ser solicitadas aos seus superiores e repassadas é CONTRATANTE, em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes;

6.9. O acompanhamento, o controle, a fiscalização e a avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade da CONTRATADA e nem confere a CONTRATANTE responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos no fornecimento dos materiais/equipamentos;

6.10. A CONTRATANTE se reserva ao direito de rejeitar, no todo ou em parte, os materiais/equipamentos, ofertados em desacordo com o presente Termo de Referência, Edital e seus anexos;

6.11. A verificação da adequação do fornecimento do material/equipamento, deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar;

6.12. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE encarregado da fiscalização do contrato deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou, no caso de impossibilidade, justificadas por escrito;

6.13. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do material/equipamento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento dos ajustes, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 117 e 140 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.14. A CONTRATADA deverá indicar o preposto e submetê-lo à aprovação da Administração durante o período de vigência do contrato para representá-la sempre que for necessário;

6.15. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.16. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 115 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.17. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

6.18. A conformidade do material/equipamento a ser fornecido deverá ser verificada acompanhada de documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência /Estudo Técnico Preliminar e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

6.18.1. As disposições previstas neste Item não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI /MP nº 5, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

6.19. A Ação do Gestão/Fiscalização do Contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, em conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Do Valor Mínimo de Empenho

6.20. Fica estabelecido o valor mínimo de R\$ 500,00 (Quinhentos Reais) por nota de empenho/ pedido de fornecimento para a execução do objeto deste contrato.

6.21. Solicitações de fornecimento que totalizem valor inferior ao estipulado no subitem 6.20 poderão ser acumuladas pela Administração para emissão de empenho único, visando a economicidade e a logística de entrega.

6.22. O valor mínimo não se aplica aos casos de necessidade comprovada de urgência, manutenção de serviços essenciais, ou quando se tratar do último empenho do contrato/ exercício financeiro.

6.23. Fica vedado o fracionamento de notas de empenho com o objetivo de contornar o valor mínimo estabelecido.

Condições de Entrega

6.24. O prazo de entrega dos bens em remessa única é de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OFB)/ Nota de Empenho (NE) .

6.25. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.26. Os bens deverão ser entregues no seguintes endereços:

- **Base Administrativa da Guarnição de Fortaleza;** Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;

- **10º Centro de Gestão, Contabilidade e Financeiro do Exército**, Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **52º Centro de Telemática** - Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134; e
- **16º Companhia de Polícia do Exército** - Av. Luciano Carneiro, 840 - Fátima, Fortaleza - CE, 60411-134;
- **10ª Região Militar** - Av. Alberto Nepomuceno, s/n - Centro, Fortaleza - CE, 60055-000;
- **23º Batalhão de Caçadores** - Avenida 13 de Maio, nº 1.589, Fátima, Fortaleza - CE CEP 60.040-531;
- **10º Depósito de Suprimento** - R. Marechal Bittencourt, 100 - Dias Macêdo, Fortaleza - CE, 60860-275;
- **Hospital Geral de Fortaleza** - Av. Des. Moreira, 1500 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60170-002;
- **Colégio Militar de Fortaleza** - Av. Santos Dumont, 485 - Aldeota, Fortaleza - CE, 60150-160; e
- **Parque Regional de Manutenção/ 10**; Av. Eduardo Girão, 1533 - Fátima, Fortaleza - CE, 60415-075.

6.27. Todas as entregas deverão ocorrer:

- **De segunda a quinta-feira:** no horário das 9:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 16:00 horas; e
- **Nas sextas-feiras:** no horário das 8 horas às 11:30 horas.

Formas de transferência de conhecimento

6.28. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.29. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.30. Cada OFB conterà a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.31. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Fornecimento de Bens;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas;

6.38. No ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA encaminhará um Ofício à CONTRATANTE, indicando a nomeação de um funcionário (preposto) responsável pelo atendimento de quaisquer demandas relativas ao contrato, assim como os seus dados de contato - telefones e correio eletrônico. Qualquer alteração relativa ao preposto indicado, deverá ser informada previamente à Contratante, através de Ofício;

6.33. Para informar o descumprimento de alguma norma pela CONTRATADA será utilizado o envio de ofícios escritos ou mensagens eletrônicas(e-mail), para ciência e providências.

Formas de Pagamento

6.34. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias** úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022;

6.35. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de Custos de Tecnologia da Informação – ICTI, de correção monetária;

6.36. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicado pelo contratado;

- 6.37. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 6.38. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;
- 6.39. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente;
- 6.40. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.4137. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

- 7.5. Em função do escopo da contratação, não será necessária a reunião inicial.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

- 7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.10. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário. (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. . coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.23. Todos os componentes internos dos equipamentos deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

7.30.1. A CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, testes e inspeções visando a verificar se os materiais /equipamentos foram fornecidos de acordo com as especificações técnicas constantes deste Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar;

- 7.30.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento do material/equipamento, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE.
- 7.30.3. O representante da CONTRATANTE deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento do fornecimento do material/equipamento do contrato;
- 7.30.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais;
- 7.30.5. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência, sanções e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual;
- 7.30.6. A fiscalização do contrato não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
	IAE = <u>TEX – TEST</u>	

Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

7.32. Não serão aceitos materiais/equipamentos inferiores aos especificados (Das especificações técnicas da solução de TI) do Estudo Técnico Preliminar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa/ Sanção
1	Der causa à inexecução parcial do contrato	Advertência
		Multa compensatória de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato

2	Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar
		Declaração de inidoneidade para licitar e contratar em ocasiões que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)
		Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do Contrato
3	Der causa à inexecução total do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar em ocasiões que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)
		Multa compensatória de 15% (dez por cento) do valor do Contrato
4	Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar
		Declaração de inidoneidade para licitar e contratar em ocasiões que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021)
		Multa compensatória de 10% (dez por cento) do valor do contrato
5	Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
		Multa compensatória de 15% (dez por cento) do valor do Contrato
6	Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
		Multa compensatória de 15% (dez por cento) do valor do Contrato
7	Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
		Multa compensatória de 15% (dez por cento) do valor do Contrato
8	Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar e contratar
		Multa compensatória de 15% (dez por cento) do valor do Contrato

9	Atraso injustificado na execução do objeto referente a garantia dos equipamentos	Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (valor mensal do contrato), até o limite de 15 (quinze) dias
		O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
10	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso no Fornecimento do Equipamento)	Glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso, nos casos de IAE com valor entre 1 e 60
		Glosa de 10%, bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso, nos casos de IAE superior a 60

8.2. Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave; e

8.4.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. **Multa:**

8.4.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5 %** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta)** dias.

8.4.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.4.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.4.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **5% a 10%** do valor da contratação.

8.4.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **15% a 30%** do valor da contratação.

8.4.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% a 20%** do valor da contratação.

8.4.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% a **10%** do valor da contratação.

8.4.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **2% a 5%** do valor da contratação.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.6. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.7. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.8. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.9. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.10. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.10.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.10.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.11. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.11.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.11.2. as peculiaridades do caso concreto;

- 8.11.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 8.11.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
- 8.11.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.12. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.13. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.14. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.14.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.15. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.16. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **7 (sete) dias úteis**, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **5 (cinco) dias úteis**.

9.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1. o prazo de validade;

9.12.2. a data da emissão;

9.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5. o valor a pagar; e

9.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento.

Cessão de Crédito

9.28. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

9.28.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

9.28.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

9.28.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

9.28.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9.29. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

9.30. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de 12 meses, contados do dia 9 de abril de 2026, data da realização e assinatura do Relatório de Pesquisa de Preços Nr124/2025, realizada no sistema de compras do Governo Federal (Compras.gov.br).

9.31. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade .

9.32. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.33. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.34. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.35. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

9.36. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.37. O reajuste será realizado por apostilamento.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.1.1. Será adotado o modo de disputa aberto, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações, conforme critério de julgamento adotado no item 10.1.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será não-continuado, com entrega **até 30 dias após o empenho**.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 10.4. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 10.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.6. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.7. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 10.8. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.9. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 10.10. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 10.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 10.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 10.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- 10.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 10.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.17. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor; (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

10.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.23. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

10.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.27. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.28. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.29. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente em plena validade;

10.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

10.30. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.30.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas contidas neste Termo de Referência/Estudo Técnico Preliminar.

10.30.2 Conforme §2º do art. 67 da Lei nº 14.133, de 2021, será exigido atestados com quantidades mínimas de 10% (dez por cento) das parcelas, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

10.30.3 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

10.31. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.31.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.31.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.31.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.31.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.31.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

10.31.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

10.31.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

Disposições gerais sobre habilitação

10.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ R\$ 6.780.864,73 (seis milhões, setecentos e oitenta mil , oitocentos sessenta quatro reais e setenta três centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no Item 1.1. deste Termo de Referência.

11.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

11.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; e

11.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11.3. De acordo com o Inciso III e V do art. 3º, do Decreto nº 11.462/2023, a adoção do Sistema de Registro de preços - SRP se justifica pela conveniência de atender a mais de um órgão ou entidade, neste caso, haverá a participação conjunta do 52º Centro de Telemática, que também participou do processo de especificação, precificação e planejamento deste processo de aquisição.

11.4. Existe uma divergência de valores em alguns itens da Tabela de Itens em comparação com os apresentados na Pesquisa de Preços no COMPRAS.GOV.BR, tendo em vista, neste último, alguns resultados da (Média/Mediana /Menor preço) apresentarem 03 (três) casas decimais nos centavos, onde tivemos que arredondar casas decimais.

11.4.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.

11.5. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.
- 12.3. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 13.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosa.

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

SAMIR MAIA SILVEIRA

Integrante Técnico - Matrícula/SIAPE: 12-5347679



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 16:32:52.

CILENO DE MAGALHAES RIBEIRO

Autoridade Máxima da Área de TIC - Matrícula/SIAPE: 14-3317492



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 11:31:24.

LERICHE ALBUQUERQUE BARROS

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/05/2026 às 10:55:05.

ANTONIO EDJAIR DO ESPIRITO SANTO NASCIMENTO

Integrante Administrativo



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 18:30:29.

JULIMAR CESAR DE JESUS BRITO

Integrante Requisitante



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 16:38:35.